

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Tribuna (Santos)

Class.: _____

Data: 26.11.84

Pg.: _____

Governo não interfere e os índios ameaçam lutar

REGISTRO A Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa — ainda está indefinida quanto ao tipo de ação que vai mover para solucionar a questão dos índios guarani, de Itariri, que estão dispostos a matar aqueles que tentarem invadir suas terras. Os lotes ocupados pelos índios (cerca de 300 hectares), porém, pertencem a particulares, que possuem, inclusive, títulos de domínio. E, na opinião dos gauranis, a solução cabe ao Governo do Estado, que há algumas décadas negociou as terras por eles habitadas, dando origem aos problemas atuais.

A ameaça de conflito surgiu recentemente, quando o proprietário dos lotes 30 e 47, Waldemar Alves da Silva, anunciou a sua disposição em começar a desmatar essas glebas e colocar abaixo a cerca que os índios mantêm na margem esquerda do Rio do Azeite, demarcando as terras que consideram suas.

“Índio já pulou muito de um lugar para outro. Hoje estamos numa pirambeira e, mesmo assim, querem que o índio volte a pular. Mas nós vamos chamar índios de todas as aldeias, de Ubatuba, do Espírito Santo. Se invadirem nossas terras eu mandoocar flecha. Vai morrer invasor dentro do mato. E o urubu vai descer encima dele”. As palavras do velho cacique guarani capitão Antônio Branco, de 84 anos, mostram claramente que os índios da aldeia de Itariri, onde moram atualmente cerca de dez famílias, não estão brincando: se for preciso, eles matam mesmo.

“Eu morro pelo meu povo. Eu morro pela minha terra”, enfatiza o cacique que, embora mantenha a disposição da defesa armada, tendo até enviado cartas a índios de outras aldeias, está consciente de que a solução para o problema da área de 300 hectares ocupada pela aldeia — e que

ficou fora da reserva decretada em 1963 — “tem que vir do governador”. Em seu entender, precisa haver desapropriação da área, com indenização aos proprietários das terras que, na realidade pertencem aos índios, mas que foram vendidas.

A opinião do cacique é a mesma de dois emissários da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenac e Alvaro Tukano, que há poucos dias visitaram a aldeia de Itariri. Esses dois índios são coordenadores regionais e também a nível nacional da UNI, e tiveram participação no episódio do Xingu, quando, por liderança do índio Raoni, houve o sequestro de dirigentes da Funai, tendo o Governo Federal concordado em aceitar todas as exigências dos índios.

Ailton Krenac acompanha a questão da aldeia de Itariri há muito tempo, tendo, inclusive, ido à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI) informar-se sobre a situação das terras que ficaram fora da reserva de 809 hectares, e que está sendo demarcada pela equipe do convênio PPI-Sudelpa. Na ocasião, segundo Ailton, um procurador da PPI chegou a informar que a venda dos lotes pelo serviço de colonização ocorreu de forma irregular.

“Nós sabemos que o Governo Montoro não é o culpado pela situação, criada na época de Getúlio Vargas, quando a lei era do faroeste, e prevalecia no Estado a política dos coronéis. Mas é obrigação deste Governo resolver o problema que está ocorrendo agora e corrigir as irregularidades do passado. E o Estado errou vendendo terras indígenas ilegalmente. E cabe ao Estado indenizar as pessoas que compraram essas terras” — raciocina Ailton.

O emissário da UNI não critica o agricultor Waldemar Alves da Silva por estar buscando seus direitos, pois, afinal, ele comprou os lotes 30 e 47 —

que agora está disposto a desmatar. Mas Ailton deixa claro que a UNI vai apoiar a aldeia na defesa armada de suas terras.

“A mesma situação está ocorrendo em outros pontos do País. No Xingu, por exemplo, a associação dos fazendeiros, que comprou terras no quarto andar, diz que chegou antes dos índios. Mas se os índios não estavam no Xingu, onde viviam eles então na época do descobrimento do Brasil”? — pergunta Ailton.

INDEFINIÇÃO

Já faz algum tempo que a Sudelpa, através do grupo da terra e do convênio com a PPI, vem acompanhando o caso das glebas de Itariri, cujos títulos estão nas mãos de particulares. De acordo com o diretor da Equipe Territorial e de Recursos Naturais, Ivan Carlos Maglio, já estava tudo decidido para que a autarquia ingressasse com ação de anulação dos títulos desses lotes reivindicados pelos índios, quando houve informação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de que a Igreja já havia ingressado com ação semelhante, meses antes.

Isso determinou um novo posicionamento da Sudelpa: ou dar reforço ao processo que a Igreja (através da diocese de Registro) ingressou e que está correndo na PPI, atuando no sentido de sua agilização, ou, então, subcrever essa mesma ação.

No caso de um lote ocupado há anos por um posseiros conhecido como Santo, que está com plantação na área, estuda-se a hipótese de negociação com o agricultor, que seria, então, indenizado. Já no caso de Waldemar Alves da Silva, que nunca ocupou os lotes 30 e 47, a solução ainda não foi encontrada. Ivan Carlos Maglio não afasta a possibilidade de desapropriação, embora essa alternativa não esteja muito clara, já que implica em ônus para o Poder Público.